

Silva, Fabíola Andrea. (2024). Etnografando a arqueologia: dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 434 p.

DANIELA G. SOPHIATI

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Curitiba, PR, Brasil

<https://orcid.org/0009-0008-6031-2934>

danielasophiati@gmail.com

“Etnografando a arqueologia: dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico” é fruto da tese de Livre-Docência de Fabíola Andrea Silva, defendida em 2021 no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). A obra aborda a importância da etnografia e dos dados etnográficos na construção do conhecimento arqueológico (p. 14) e como estes foram apropriados pela arqueologia ao longo do tempo. É uma obra de referência para estudantes e pesquisadoras/es, sendo o primeiro trabalho no Brasil a tratar da temática de forma abrangente e sistematizada. Fabíola Silva é referência no contexto latino-americano em pesquisas que abarcam os conhecimentos da antropologia, etnografia e arqueologia, tendo trabalhado, ao longo de várias décadas, com diferentes povos indígenas, dentre os quais os Asurini do Xingu, Xikrin-Kayapó, Kaingang, Terena Apiacá, Cinta Larga e diversos outros, além de populações sertanejas, quilombolas, pastoras e camponesas.

A obra é construída a partir de suas experiências como professora e pesquisadora e traz importantes reflexões teóricas acerca da relação entre etnografia e arqueologia, além de extensa revisão bibliográfica. O livro é organizado em quatro capítulos, ou seções: “Uma história da arqueologia”; “Analogia etnográfica”; “Etnoarqueologia” e “Arqueologias, Prática Etnográfica e Colaboração”, seguidos de conclusão e referências bibliográficas. Como salientado pela autora, esta organização garante autonomia aos capítulos que, embora componham uma narrativa coesa, podem ser lidos de forma independente, o que confere o caráter de importante obra de consulta. A bibliografia de referência foi também organizada de forma separada, por seção.

No capítulo “Uma História da Arqueologia”, a autora apresenta um panorama histórico do desenvolvimento da ciência arqueológica, tanto no Brasil quanto no contexto europeu e norte-americano, tendo como eixo central a análise das relações entre prática etnográfica, dado etnográfico e construção do conhecimento arqueológico (p. 29). O percurso histórico é iniciado no século XIX, no contexto do evolucionismo cultural, momento de consolidação da Antropologia e da Arqueologia, quando ambas as disciplinas se empenhavam em compreender os “estágios da evolução cultural” humana. A antropologia, a partir dos dados etnográficos, buscava classificar os modos de vida das populações “nativas” como testemunhos vivos de estágios “primitivos” da humanidade. A arqueologia, por sua vez, buscava na cultura material evidências que ratificassem estas semelhanças, de modo a conectar o passado com as populações estudadas a partir de uma lógica eurocêntrica de progresso.

Ao longo do texto, o percurso teórico das disciplinas e suas interrelações são analisados, buscando contextualizar os diferentes caminhos seguidos e os momentos de confluência, como no contexto americano no início do século XX, onde seguiram alinhadas pela influência de Franz Boas e do funcionalismo britânico. A autora ressalta o desenvolvimento, a partir dos anos de 1960, da Arqueologia Processual, abordagem teórica fundada na defesa de uma arqueologia como antropologia e na crítica às deficiências da arqueologia histórico-cultural, tida como demasiado descritivista. Conforme destaca Silva, é neste contexto que nasce a etnoarqueologia. No contexto europeu, por outro lado, o processualismo pode ser compreendido na frase de David Clarke, citada pela autora: “*arqueologia é arqueologia, é arqueologia, é arqueologia*”, uma recusa a uma maior aproximação da antropologia, como conhecida anteriormente ocorria na América do Norte.

A partir da década de 1980, Silva observa um novo momento na relação entre as disciplinas: enquanto na América a arqueologia se aproximava das *hard sciences*, na Europa ocorre a “virada antropológica”, que irá culminar na arqueologia pós-processual. Este processo se dá em oposição ao positivismo, propondo abordagens contextuais e conferindo importância aos significados simbólicos, um movimento que se intensifica na década de 1990. É este contexto que se chega à crítica pós-colonial e ao que foi denominado “virada etnográfica”, fortalecendo uma arqueologia multivocal e inclusiva. Conforme destaca a autora, nos últimos anos a arqueologia passa pelo debate do pós-humanismo e crítica ao antropocentrismo. É nesse cenário que se discute a agência das coisas: “*As coisas são vistas como agentes dotados de intencionalidade, assumindo um papel primordial na vida das pessoas não apenas porque evidenciam ou simbolizam modos de existência, mas porque os corporificam e, ao mesmo tempo, atuam na sua definição e transformação*” (p. 36).

No contexto brasileiro, Silva destaca inicialmente a influência que a etnologia teve na definição de temas de pesquisas arqueológicas até a década de 1930. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela criação de centros de pesquisa, como o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - CEPA (1956), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pela presença de missões estrangeiras, como a Missão Francesa e o PRONAPA, e a profissionalização da Arqueologia. Na sequência, o texto ressalta as transformações ocorridas na década de 1980, por influência da teoria processual. São destacadas as pesquisas de Irmhild Wüst e José Brochado, as quais demonstraram importante diálogo entre arqueologia e antropologia. A partir dos anos 1990, há uma diversificação teórica e um aumento de pesquisas etnoarqueológicas. Nos últimos anos, o diálogo entre antropologia e arqueologia no Brasil se intensificou e compreende-se que passamos por uma “virada etnográfica”. Há um aumento considerável das pesquisas arqueológicas colaborativas e indígenas, como é o caso dos trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras indígenas como Rosalvo Ivarra Ortiz, Walderes Coctá Priprá e Jaime Xamen Wai Wai, por exemplo.

O segundo capítulo da obra trata da analogia etnográfica e de como os dados sobre culturas vivas foram utilizados para interpretação dos vestígios arqueológicos ao longo das décadas. A autora inicia sua análise traçando a trajetória histórica desde a chamada “armchair anthropology”, quando etnógrafo e antropólogo não eram a mesma pessoa. Como é sabido, até meados do século XIX, na história da antropologia, a coleta de dados em campo era feita por missionários, viajantes e exploradores e, posteriormente, as informações eram analisadas por especialistas. Esta prática começa a ser abandonada na década de 1880, sendo do final do século XIX a pesquisa etnográfica de Jesse Fewkes com o povo Hopi, no Arizona. O pesquisador era reconhecido por seu rigor científico e foi pioneiro na adoção da analogia etnográfica em arqueologia. Seguindo o percurso histórico, a obra analisa os diferentes momentos e abordagens da analogia etnográfica como, por exemplo, no contexto da arqueologia evolucionista, que se valeu de uma “analogia geral ou indireta”, partindo da premissa de que as populações “nativas” seriam semelhantes às populações arqueológicas, do paleolítico ou neolítico. Neste contexto da teoria evolucionista, tais populações eram compreendidas como “fósseis vivos”, um modelo que entra em crise por seu caráter determinista e colonial. A arqueologia histórico-cultural, em contrapartida, introduz a “analogia histórica direta”, na qual artefatos tipologicamente semelhantes e relacionados geograficamente eram considerados evidência da relação entre o passado e o presente etnográfico. Esta abordagem foi criticada, dentre outras razões, por não considerar a dinamicidade das culturas. A “Nova Arqueologia”, ou arqueologia processual, que se coloca em oposição à arqueologia histórico-cultural, não abandona o uso da analogia etnográfica, mas a redefine de acordo com seus pressupostos teóricos e metodológicos.

A autora apresenta importante panorama do uso da analogia etnográfica na atualidade, citando os exemplos do continente Africano, onde se observa a prática de analogias diretas e indiretas na interpretação de sítios de arte rupestre, instrumentos e estruturas arqueológicas com base na observação de povos caçadores-coletores que vivem nas regiões em que tais vestígios são encontrados (p. 101). Menciona, ainda, a região andina, onde pesquisadoras (os) avaliam a continuidade histórica entre populações do presente e do passado em estudos que conciliam dados arqueológicos, etnográficos e his-

tóricos (p. 102). No contexto brasileiro, são citados os trabalhos de Emílio Goeldi e Curt Nimuendaju. Em 1895, Goeldi usou a analogia etnográfica na interpretação de urnas funerárias em contexto arqueológico no Amapá e as similitudes com práticas funerárias dos indígenas Rucuyennes (p. 113). No caso de Nimuendaju, avalia a preeminência da utilização das analogias diretas na interpretação dos dados arqueológicos, as quais eram fundamentadas tanto nas informações históricas sobre as culturas indígenas das regiões que pesquisava, bem como em dados etnográficos e narrativas indígenas acerca dos vestígios. Os trabalhos de Nimuendaju forneceram, e ainda fornecem, importantes subsídios para a pesquisa arqueológica, sobretudo para a denominada “arqueologia dos povos Tupi-Guarani” (p. 121).

Dentre outros projetos de pesquisa realizados no Brasil e que, de alguma forma, se utilizaram da analogia etnográfica, são citados dois trabalhos na região sul. O primeiro deles é o trabalho realizado por Annette Laming-Emperaire junto ao povo Xetá, na Serra dos Dourados, no Paraná (p. 124). Realizado no período das missões científicas estrangeiras, a investigação foi centrada na tecnologia lítica do grupo, falante da língua Tupi-Guarani. O foco foi observação direta dos processos de fabricação de instrumentos de rocha e resina - como machados, lascas e tembetás - e na utilização de ferramentas para confecção de objetos em materiais perecíveis. Metodologicamente, Annette realizou comparação tipológica entre os objetos produzidos por homens Xetá com instrumentos líticos de instituições museológicas. O texto destaca que o estudo abrangeu tanto a análise da tecnologia lítica quanto, em menor escala, aspectos ligados à formação do registro arqueológico. Dentre os trabalhos mais recentes, Silva cita projetos ligados aos povos Jê, os quais têm buscado estabelecer diálogo entre arqueologia, etno-história e etnologia na interpretação de artefatos e contextos arqueológicos. É neste contexto que, entre os anos de 1994-2004, pesquisadores, dentre os quais a autora do livro, formaram o Grupo de Trabalho (GT-ABA) “Estudos interdisciplinares dos Jê do sul”, visando desenvolver uma abordagem interdisciplinar para pesquisas de temas relacionados a estes grupos.

A partir de sua vasta experiência no campo da pesquisa arqueológica na interface com a antropologia e em colaboração com os povos, ao final do capítulo a autora tece uma análise crítica à analogia etnográfica. Ainda que compreenda o recurso como importante ferramenta na interpretação da materialidade arqueológica, defende que esta não fornece todas as respostas e, portanto, deve ser usada com cautela e sempre em associação com outras ferramentas epistemológicas, evitando simplificações. Em suas palavras “*Além disso, temos de ter atenção sobre o que significa comparar realidades do presente e do passado, pois como vimos as analogias podem resultar tanto em estereótipos e preconceitos, como em afirmação de identidades e resistência cultural*” (fl. 109.).

No terceiro capítulo, intitulado “Etnoarqueologia”, a autora analisa como a arqueologia se apropria da etnografia não apenas como fonte de dados, mas como uma metodologia de pesquisa de campo, o que ocorre a partir da década de 1950. O texto explora as diferentes perspectivas e transformações teóricas da disciplina. Com base em extensa revisão bibliográfica, são analisados os aspectos característicos da vertente processual, pós-processual e a etnoarqueologia a partir da década de 1990. Os trabalhos de etnoarqueologia realizados entre as décadas de 1960 e 1980 foram majoritariamente orientados pelo processualismo, sendo a década de 1970 sua “era de ouro” (p. 157). Neste período, o enfoque se dava na análise de sistemas de assentamento, utilização da cultura material e formação do registro

arqueológico, de forma a identificar regularidades interculturais e formular as chamadas teorias de médio-alcance. A partir da década de 1980, com influência da antropologia interpretativa, a crítica pós-processualista introduz novos temas e problemas à pesquisa etnoarqueológica. Silva destaca que a perspectiva pós-processual não buscava explicações generalistas, mas a compreensão de contextos e escolhas específicas das populações estudadas. Por fim, a autora informa que, nos últimos anos, a arte rupestre tem figurado como elemento importante dos estudos de etnoarqueologia, sobretudo no que diz respeito a práticas rituais. Ressalta, ainda, a “etnoarqueologia de gênero” e a tentativa de desconstrução das narrativas androcêntricas na análise da materialidade arqueológica.

No que tange aos aspectos metodológicos, de forma geral a pesquisa etnoarqueológica depende da articulação entre prática etnográfica e métodos e técnicas da pesquisa arqueológica de campo. Acerca da coleta de dados em campo, há variações específicas de cada opção teórica. Citando Hodder, Silva salienta que, para este autor, a efetividade da pesquisa dependeria da permanência em campo por longos períodos e pela compreensão da língua local. Com sua experiência de quase duas décadas no tema, a autora destaca a importante contribuição da etnoarqueologia no estudo da tecnologia cerâmica e dos importantes dados comparativos gerados, sobretudo em parceria com a arqueologia experimental e a arqueometria. No contexto brasileiro, são apresentadas diferentes iniciativas, como os estudos etnoarqueológicos sobre populações afrodiaspóricas, como é a pesquisa de etnoarqueologia do abandono, realizada por Paty Marinho na comunidade quilombola do Boqueirão, MT (p. 241). Importante ressaltar que pesquisas com comunidades tradicionais ainda são pouco numerosas no país. Reflexões ao final do capítulo indicam que há uma demanda pela descolonização da etnoarqueologia e a adoção de uma nova postura frente aos povos e comunidades estudados, de modo que a relação se torne mais dialógica, e que as pessoas não sejam consideradas apenas informantes, mas produtoras de conhecimento, colaboradoras efetivas no processo de pesquisa. Estas reflexões se enquadram em um movimento que busca uma etnoarqueologia pós-colonial.

É dentro do debate pós-colonial que se dá o quarto e último capítulo. Esta seção aborda diferentes conceitos como arqueologias do e no presente, arqueologia colaborativa e arqueologias indígenas. Estas diferentes práticas arqueológicas surgem a partir da crítica pós-colonial que, no caso da arqueologia, é observada apenas a partir da primeira década do século XXI. O conceito de arqueologia do presente é introduzido pela autora com base na interpretação de Gonzalez-Ruibal, compreendendo como abordagem que visa romper com a prática colonialista de usurpação de conhecimentos e se preocupa em compreender os modos de vida das populações, mais do que a mera busca por analogias (p. 257). A arqueologia do presente está afinada, portanto, aos pressupostos da crítica pós-colonial e assume papel político ao problematizar o colonialismo e a violência. Um dos exemplos citados são os estudos dedicados a avaliar as migrações forçadas, nas últimas décadas, de pessoas do Oriente-Médio e continente Africano.

A etnografia arqueológica, outro conceito abordado no texto, é compreendida como um campo de investigação no qual há troca e engajamento entre diferentes agentes, como pesquisadores, comunidades locais e gestores do patrimônio, o que promove a interação dialógica e a superação das bases ontológicas e epistemológicas da disciplina, abrindo espaço para outras formas de compreensão dos

materiais arqueológicos. A ideia de colaboração em arqueologia é abordada a partir de seus diferentes significados, sendo um deles efetivamente a chamada arqueologia colaborativa, definida pela autora como “*uma perspectiva de investigação colaborativa que tem como objetivo fundir distintos modos de conhecimento do mundo*” (fl. 276). Esta perspectiva não deverá ser confundida, por exemplo, com a “arqueologia acordada”, que prevê acordos prévios entre pesquisadores e comunidades para a realização de pesquisas. A colaboração em arqueologia é um tema muito atual e relevante, considerando o aumento das reivindicações por comunidades e coletivos por seus direitos e protagonismo no que se refere à sua história e seu patrimônio cultural. Neste sentido, o livro se apresenta como leitura fundamental para o esclarecimento dos conceitos das diferentes possibilidades de colaboração no campo da pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico.

As arqueologias indígenas, por sua vez, são caracterizadas como aquelas realizadas por arqueólogas/os indígenas e/ou em colaboração entre pesquisadoras/es não indígenas e coletivos indígenas. Na prática, tais pesquisas podem ser desenvolvidas de diferentes formas, sendo a premissa básica que a produção de conhecimento seja feita com, para e pelas pessoas indígenas, e não sobre elas. É importante chamar a atenção ao fato de que as principais mudanças realizadas no campo da pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico, como processos de repatriação de bens e tentativas de descolonização da prática arqueológica, são resultado das lutas indígenas por seus direitos à autodeterminação e autonomia sobre seus bens arqueológicos e herança cultural (fl. 287). Apesar das tentativas cada vez mais frequentes de colaboração entre pesquisadores e povos originários, tanto na pesquisa quanto no âmbito das curadorias e exposições em museus, a autora apresenta a importante observação do arqueólogo indígena estadunidense Joe Watkins, de acordo com o qual não se pode falar em uma verdadeira arqueologia indígena até que “(...) *as populações indígenas controlem a qualidade e a quantidade da arqueologia realizada em seus territórios*” (fls. 294-295).

Neste contexto, é também salientada a importância da arqueologia colaborativa em terras indígenas para que seja de fato compreendida a relação que os povos originários estabelecem, no presente, com o que chamamos de patrimônio arqueológico. Arqueologias colaborativas comprometidas são de fundamental importância em um contexto social e político de negação de direitos e desrespeito à Constituição Federal de 1988, como é o caso da tese do “marco temporal”. A autora alerta para a necessidade de aprimoramento da legislação para estabelecimento de parâmetros de pesquisa e proteção do patrimônio nos territórios, algo que deve ser feito em conjunto com os povos indígenas.

Etnografando a arqueologia se consolida como um marco teórico e prático fundamental para estudantes, pesquisadores, gestores e instituições que atuam no campo da gestão do que se convencionou denominar de patrimônio arqueológico. A partir de exaustiva pesquisa bibliográfica e das experiências de quem é uma das principais referências no tema, Fabíola Andrea Silva apresenta uma sistematização inédita, que preenche uma lacuna na literatura acadêmica brasileira. Finalmente, encerro notando que o livro é publicado em um momento bastante oportuno, no qual as lutas e reivindicações dos povos e comunidades tradicionais por autodeterminação e protagonismo no que diz respeito ao seu patrimônio cultural têm refletido em transformações necessárias nas instituições e políticas públicas. Trata-se,

portanto, de leitura imprescindível para fundamentar uma prática arqueológica mais reflexiva e socialmente comprometida.

Daniela G. Sophiati é mestre em Arqueologia pelo Master Erasmus Mundus Quaternary and Prehistory (UNIFE – IT e UTAD – PT) e servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGAA) da UFPR

FINANCIAMENTO

Bolsa de Doutorado do CNPq.

SUBMETIDO: 27/03/2026

APROVADO: 07/04/2026

PUBLICADO: 20/04/2026

